

CAPITALISMO DE ESTADO, OLIGARQUIA E EXCLUSÃO SOCIAL

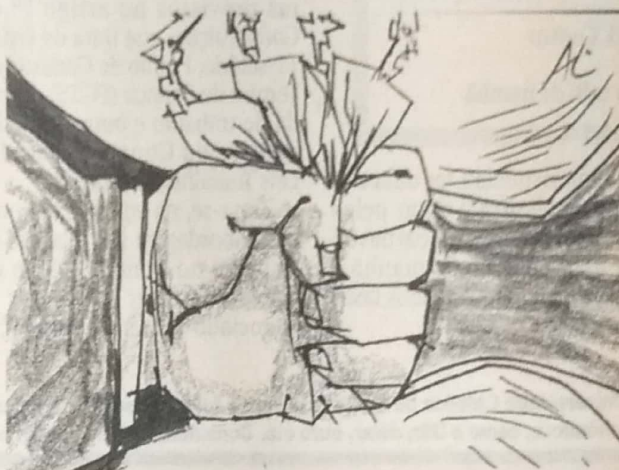
Luis Cesar Bueno

A Revolução de 1930, que não teve no povo um agente ativo autônomo, objetivou equacionar o método da disputa política entre as elites sem contrariar os privilégios das oligarquias. A Aliança Liberal, agregando segmentos das elites despregados do setor cafeeiro, não exprimia um projeto nacional ligado à nascente burguesia industrial ou à classe média e aos trabalhadores. E o incipiente estatuto democratizador por ela legado foi logo sufocado pelo golpe palaciano do Estado Novo. A industrialização, os direitos trabalhistas e a organização sindical nascem e se desenvolvem como filhos do Estado através dos sindicatos e CLT.

Conforme a tradição, o chamado processo de redemocratização, de 1944-1945, teve como desfecho uma espécie de golpe militar liderado pelos generais Dutra e Góes Monteiro, figuras proeminentes do Estado Novo. Os partidos mais importantes, que irão pontificar no novo período democrático — PTB, PSD e UDN — nascem a partir de incubadoras do Estado.

Nenhum dos movimentos sociais mais significativos, desde os anos 20 até então — o tenentismo, a Coluna Prestes, a ALN, o Partido Comunista e as greves operárias — conseguiu adquirir uma amplitude verdadeiramente popular e um caráter relativamente restrito e fechado. Quando o Partido Comunista ensaiou vôos mais altos após a redemocratização, foi abatido pela proibição legal e pela repressão.

A implantação da indústria automobilística, no governo JK, é paradigmática do nacional-desenvolvimentismo: em função dela, arcou com a criação de toda uma



rede de infra-estruturas — siderurgia, porto, estradas, petróleo, etc — e com todo um sistema de subsídios. De tal sorte que o recente episódio envolvendo a Ford na Bahia não foi nada mais que a reiteração de um vício.

A ditadura representou uma continuidade de nossa tradição política conservadora e autoritária. O expressivo apoio civil foi decisivo para a viabilização do golpe de 64.

Em que pese o efetivo engajamento do povo na campanha das diretas, a redemocratização nos anos 80 é ilustrativa da nossa tradição conservadora. Esta tradição foi reiterada por uma composição entre forças do regime militar e setores da oposição para afiançar a transição controlada, via Colégio Eleitoral sem rupturas profundas com a ordem que sucumbia. Com a redemocratização, inaugura-se a era dos Planos Econômicos voltados para combater a inflação. Nos anos 90, tem início a reforma neoliberal, primeiro com Collor e depois com Fernando Henrique Cardoso. O núcleo central dessa reforma é o processo de privatização, que traz um elemento de ruptura com a tradição do

capitalismo estatal e outro de continuidade. O Estado assumirá totalmente o papel de regulação em áreas de serviço público privatizado, mas o que prevalece é uma relação de promiscuidade entre as chamadas agências reguladoras e o capital privado, como se observa na área de telefonia e eletricidade. O fato de o próprio Estado financiar a maior parte das privatizações evidencia que o Capitalismo de Estado continua uma realidade viva. O próprio presidente da República, através do poder que as medidas provisórias lhe conferem, pode definir os beneficiários do Capitalismo de Estado. O desemprego, o empobrecimento da classe média, o aumento das violências urbana e rural são as outras faces dessa moeda.

Fernando Henrique Cardoso reproduz os mesmos procedimentos predatórios que caracterizam secularmente as práticas políticas e administrativas da elite brasileira. E por via de consequência, mantém o Brasil nos marcos do sistema oligárquico que sempre o submeteu

LUIS CESAR BUENO É PROFESSOR, HISTORIADOR E VEREADOR DE GOIÂNIA